

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 129/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
129/2026	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	ELIANY PEREIRA BELLE	17/04/2026 11:46 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		7506/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para eventual e futura aquisição de concreto usinado com resistência característica (FCK), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ariquemes/RO, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Concreto usinado, composto por cimento, areia, brita e água, com resistência característica FCK 20 MPa, com pedrisco convencional	247524	m³	2.000	657,88	1.315.760,00
02	Concreto usinado, composto por cimento, areia, brita e água, com resistência característica FCK 25 MPa, com pedrisco convencional	247524	m³	1.000	772,31	772.310,00
TOTAL					R\$ 2.088.070,00	



1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 As especificações dos produtos estão em conformidade com padrões técnicos usuais de mercado e normas aplicáveis, especialmente no que se refere à resistência característica (FCK), composição, homogeneidade, trabalhabilidade e demais requisitos de qualidade, segurança e desempenho do concreto usinado.

1.6 É órgão participante deste Registro de Preços a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA), tendo em vista que a demanda surgiu posteriormente à sua elaboração, em decorrência de necessidades operacionais supervenientes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme devidamente justificado no Documento de Formalização de Demanda – DFD.

Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

2.3. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Objeto da Contratação

Registro de Preços para eventual e futura aquisição de concreto usinado com resistência característica (FCK), destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ariquemes/RO, pelo período de 12 (doze) meses, para aplicação em serviços de infraestrutura urbana e rural, incluindo execução de calçadas, meios-fios, sarjetas, sistemas de drenagem (bueiros) e demais intervenções em vias públicas e estradas vicinais.



4.1.2. Especificações Técnicas

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE
01	Concreto usinado, composto por cimento, areia, brita e água, com resistência característica FCK 20 MPa, com pedrisco convencional	m ³	2.000
02	Concreto usinado, composto por cimento, areia, brita e água, com resistência característica FCK 25 MPa, com pedrisco convencional	m ³	1.000

4.1.3 Características do Material e Controle de Qualidade

O concreto usinado deverá ser produzido em usina, com controle tecnológico adequado, atendendo às especificações técnicas exigidas, especialmente quanto à resistência característica (FCK), composição, homogeneidade e trabalhabilidade.

O material deverá apresentar condições adequadas de uso no momento da retirada, não sendo admitido concreto com início de pega, perda de consistência, segregação ou qualquer alteração que comprometa sua aplicação.

Deverá ser observada a conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente:

- **ABNT NBR 7212** – Execução de concreto dosado em central;
- **ABNT NBR 12655** – Concreto de cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação;
- **ABNT NBR NM 67** – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone (Slump Test), quando aplicável.

O não atendimento às referidas normas ensejará a recusa do material.

Para fins de garantia da qualidade do material, deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:

- Atendimento integral à resistência característica (FCK) especificada para cada item;
- Garantia de homogeneidade, consistência e trabalhabilidade adequadas;
- Controle tecnológico do concreto, incluindo correta dosagem e rastreabilidade do material;
- Informação do horário de usinagem, sempre que solicitado pela fiscalização, para controle do tempo de utilização;
- Disponibilização do concreto em condições adequadas de uso durante todo o período necessário à sua aplicação;
- Possibilidade de verificação pela Administração, no momento da retirada, quanto às condições do material;
- Quando necessário, poderá ser realizado controle tecnológico complementar, como ensaio de abatimento (slump test) ou moldagem de corpos de prova, especialmente em casos de dúvida quanto à qualidade do material;
- O material que não atender às especificações será recusado, devendo ser substituído imediatamente pela contratada, sem ônus para a Administração.

A contratada será responsável por garantir a qualidade do concreto até o momento da sua efetiva aplicação, respondendo por quaisquer perdas de desempenho decorrentes de falhas no processo de produção, controle ou disponibilização.

4.2 Qualificação Técnica e Requisitos para Contratação

O fornecedor deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento de concreto usinado, compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de documentação que evidencie:

- Regularidade da atividade de produção e fornecimento de concreto usinado;
- Atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente quanto à resistência (FCK), controle tecnológico e qualidade dos materiais;



- c) Conformidade com a legislação ambiental aplicável à atividade;
- d) Capacidade operacional para atendimento da demanda, garantindo fornecimento dentro do tempo adequado de utilização do concreto;
- e) Disponibilidade de usina de concreto em condições operacionais adequadas.

4.3 – Critérios de Recebimento e Inspeção do Concreto

O concreto usinado fornecido deverá atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo submetido à verificação no momento da retirada e aplicação pela Administração.

Para fins de aceitação do material, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- a) Atendimento à resistência característica (FCK) especificada;
- b) Homogeneidade e consistência adequadas do material;
- c) Ausência de início de pega ou perda de trabalhabilidade;
- d) Compatibilidade com o tempo de aplicação após a usinagem;
- e) Apresentação de condições adequadas de uso no momento da retirada;
- f) Conformidade com as especificações técnicas e normas aplicáveis.

A Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o material que não esteja em conformidade, cabendo ao fornecedor proceder à substituição imediata, sem ônus.

4.4 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o fornecedor assumir integralmente a produção, controle de qualidade e disponibilização do concreto usinado, conforme os requisitos estabelecidos.

4.5 Justificativa para a Não Exigência de Garantia Contratual (Arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021)

Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de material de consumo, com disponibilização sob demanda e verificação imediata no ato da retirada e aplicação, conclui-se que não se mostra necessária a exigência de garantia contratual.

Tal medida seria desproporcional ao risco envolvido, podendo inclusive restringir a competitividade do certame. Ressalta-se que a opção pela não exigência de garantia observa os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, tendo em vista que a fiscalização direta e imediata permite assegurar a qualidade e conformidade do material fornecido.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da retirada do concreto usinado na unidade produtora (usina), juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela Secretaria Municipal



de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), por meio da Comissão de Apoio de Recebimento de Materiais e Serviços. A referida Comissão será designada por Portaria específica, conforme as diretrizes internas da SEMOSP, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Após a verificação e conferência da conformidade do concreto usinado, a Comissão procederá com a formalização do Termo de Recebimento Definitivo, em conjunto com o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento, considerando as especificações técnicas e cláusulas discriminadas no Contrato, no Termo de Referência e em seus apêndices.

5.3. Formas de recebimento:

5.3.1 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21): de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante conferência inicial do material no momento da retirada, com verificação posterior da conformidade do concreto com as exigências contratuais.

5.3.2 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21): consiste na verificação da qualidade, quantidade e conformidade do concreto com as especificações contratuais, especialmente quanto à resistência (FCK), consistência e condições de uso, mediante termo detalhado assinado por servidor ou comissão designada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado. O termo de recebimento definitivo comprovará a adequação do objeto e a consequente aceitação.

5.3.3 Quando oportuno, o Recebimento Definitivo poderá ser realizado imediatamente após o recebimento do objeto, dispensando o recebimento provisório.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferir o atendimento das exigências contratuais.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado em face de eventuais vícios do concreto, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites legais.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, quando estiver em desacordo com o contrato ou com as especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

5.7. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado fornecimento em desacordo, com qualidade inferior à contratada ou fora das especificações, o contratado se obriga a substituir o material às suas expensas, após notificação. O prazo de recebimento definitivo será interrompido e o pagamento suspenso até a regularização.

5.8. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, o material rejeitado por apresentar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas (art. 119, Lei 14.133/21), considerando a natureza do concreto usinado.

5.9. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos da Nota Fiscal forem aceitos. Itens recusados ficarão aguardando regularização, sendo a data de entrega considerada a do fechamento do empenho com a regularização do fornecimento.

5.10. Em casos de devolução ou não aceitação do concreto usinado, a empresa contratada será responsável pelos custos decorrentes.

5.11. A comissão de recebimento poderá solicitar, se necessário, a presença de profissional técnico capacitado para atestar a conformidade do concreto fornecido.

5.12. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto (qualidade ou quantidade), deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.13. O prazo para solução de inconsistências na execução do objeto ou saneamento da Nota Fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.



Liquidação

5.14. Para liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresenta os elementos essenciais:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução;
- e) valor a pagar;
- f) eventual destaque de retenções tributárias.

5.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

5.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.19. Não havendo regularização, a Administração comunicará os órgãos competentes e acionará os meios necessários para garantir o recebimento de créditos.

5.20. Persistindo a irregularidade, serão adotadas medidas para rescisão contratual, assegurada ampla defesa.

5.21. Havendo efetiva entrega do concreto usinado, os pagamentos serão realizados normalmente, até eventual rescisão.

Prazo de Pagamento

5.22. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal, deduzidas glosas e débitos, seguindo a ordem cronológica (Decretos nº 19.379/2022 e 17.210/2021).

5.23. Se houver falha documental sanável, o credor será notificado para correção em até 3 (três) dias corridos, suspensa a exigibilidade após o prazo.

5.24. Em caso de atraso, os valores devidos serão atualizados monetariamente, com juros de mora de 0,5% ao mês, calculados conforme:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



Forma de Pagamento

5.25. O pagamento será por ordem bancária para a conta indicada pelo contratado.

5.26. Considera-se data do pagamento a emissão da ordem bancária.

5.27. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à comprovação dessa condição.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Responsável pela Fiscalização e Recebimento

A fiscalização do fornecimento e o recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, por meio da Comissão de Apoio de Recebimento de Materiais, designada por Portaria específica.

O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação da conformidade técnica e quantitativa do concreto usinado disponibilizado, especialmente quanto à resistência (FCK), homogeneidade e condições de uso, em conjunto com o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 Local e Condições de Disponibilização

6.2.1. O concreto usinado deverá ser disponibilizado pela contratada em sua unidade de produção (usina), cabendo à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP a responsabilidade pela retirada e transporte do material até os locais de aplicação.

6.2.2. A retirada do concreto deverá ser previamente programada junto à contratada, garantindo a disponibilidade do material e a compatibilidade com a logística de transporte e aplicação, considerando o tempo limitado de trabalhabilidade do concreto.

6.2.3 Considerando que a retirada e o transporte do concreto usinado serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, a unidade produtora (usina) deverá estar localizada **dentro do perímetro urbano do Município de Ariquemes/RO, limitada a uma distância máxima de até 10 (dez) quilômetros dentro do próprio perímetro urbano.**

6.2.4 A limitação de distância justifica-se em razão da necessidade de garantir o transporte e a aplicação do concreto dentro do tempo adequado de trabalhabilidade, evitando perda de consistência, início de pega e comprometimento da resistência (FCK), bem como em razão da logística operacional da Administração, que realizará a retirada do material.



6.3 Prazo e Forma de Fornecimento do Objeto

6.3.1. O concreto usinado deverá ser disponibilizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, podendo o fornecimento ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

6.3.2. A Administração poderá solicitar quantidades conforme a demanda operacional, observando o planejamento das frentes de serviço e a capacidade de aplicação imediata do material.

6.3.3. O prazo para disponibilização poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que devidamente justificado pela contratada.

6.3.4. Considera-se como início da contagem do prazo a data de confirmação de leitura da comunicação enviada à contratada. Na ausência de confirmação, a comunicação será considerada válida após 02 (dois) dias úteis do envio.

6.3.5. O fornecimento deverá ser efetuado mediante Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, referenciados na requisição e na Nota Fiscal.

6.4 Requisitos Operacionais, de Desempenho e Aceitação

O fornecimento do concreto usinado deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Execução do fornecimento exclusivamente mediante Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho;
- b) Atendimento integral às especificações técnicas, especialmente quanto à resistência (FCK), composição, homogeneidade e trabalhabilidade;
- c) Disponibilização do concreto em condições adequadas de uso, sem início de pega ou perda de consistência;
- d) Observância do tempo máximo entre usinagem, transporte e aplicação, conforme normas técnicas aplicáveis;
- e) Controle do horário de usinagem, assegurando rastreabilidade do material;
- f) Substituição imediata, sem ônus para a Administração, de material recusado por desconformidade;
- g) Aceitação condicionada à inspeção técnica e conferência realizada pela Comissão de Recebimento da SEMOSP.
- h) Observância do tempo máximo entre usinagem, transporte e aplicação do concreto, conforme normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia;
- i) Garantia de que o concreto será disponibilizado dentro do tempo técnico adequado para utilização, sendo responsabilidade da contratada qualquer perda de qualidade decorrente do descumprimento desses parâmetros;
- j) Compatibilidade entre a capacidade operacional da contratada e a demanda da Administração, de modo a não comprometer a qualidade e a continuidade do fornecimento.

6.5 Garantia

6.5.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor quanto à qualidade do material fornecido.

6.5.2. Em caso de vícios, defeitos ou irregularidades constatadas no concreto fornecido, a Administração fornecerá à contratada relatório detalhado, expondo os motivos e solicitando as devidas correções.

6.5.3. Todos os chamados relativos à garantia deverão ser atendidos pela contratada no menor prazo possível, considerando a natureza do material. Caso seja necessária substituição, o concreto deverá ser disponibilizado novamente em condições adequadas de uso, sem ônus para a Administração.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Execução Contratual

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Impedimentos e Suspensões

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Comunicações

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Convocação de Representantes

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, garantindo a regularidade do fornecimento do concreto usinado.

Fiscalização

7.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.5.1. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis quando ultrapassar sua competência.

Gestão e Coordenação

7.6 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo de: ordens de fornecimento, registro de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

7.6.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência.

7.6.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

7.6.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



Término e Relatório Final

7.7 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.8 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, considerando especificamente a execução do fornecimento de concreto usinado.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, em regime aberto.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial.

8.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documentos comprobatórios dos administradores.

8.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede.

8.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios dos administradores.

8.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

8.2.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal oficial <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.2.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador.

8.2.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.2.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive relativos à Seguridade Social.



8.2.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.2.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

8.2.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

8.2.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.

8.2.16. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos Estadual ou Municipal, comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva.

Qualificação Econômico-Financeira

8.2.17. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.2.18. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

8.2.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.2.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.2.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

8.2.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.2.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

8.2.27. Quando se tratar de CONSÓRCIO, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados.

Qualificação Técnica

8.2.28. Apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para o fornecimento de concreto usado ou produtos com características compatíveis com o objeto da contratação, demonstrando experiência em fornecimento de materiais de natureza semelhante.

Serão aceitos atestados que comprovem fornecimentos similares ou equivalentes em características, complexidade e finalidade ao objeto da contratação.



8.2.29. O atestado deverá conter, no mínimo: razão social da entidade emissora, CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato, data de emissão, identificação e função do signatário, bem como descrição do objeto fornecido, com indicação de quantidades e período de execução do fornecimento.

8.2.30. Todas as informações constantes dos atestados apresentados estarão sujeitas à verificação de autenticidade, exatidão e veracidade, podendo o Pregoeiro promover diligências.

8.2.31. Quando julgado necessário, a Administração poderá solicitar documentos complementares, tais como cópias de notas fiscais ou contratos correspondentes aos atestados apresentados.

8.2.32. A empresa deverá possuir Licença Ambiental de Operação (LO) ou documento equivalente expedido pelo órgão ambiental competente, quando exigido pela legislação aplicável.

8.2.33. A licitante deverá comprovar que possui estrutura operacional adequada para a produção e disponibilização do concreto usinado, de modo a atender aos prazos e condições estabelecidos, garantindo a qualidade do material até o momento da sua utilização.

8.2.34. A Administração poderá realizar diligências para verificar a regularidade da documentação apresentada e a capacidade operacional da empresa.

8.2.35. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o respectivo CNPJ, considerando matriz ou filial, e comprovar que o estabelecimento atende às exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.088.070,00 (dois milhões, oitenta e oito mil e setenta reais)**, conforme custos unitários apostos na Tabela no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº 001/SML/PMA/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços.

10.2. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2026 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sra. Prefeita Municipal, poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes.

10.3. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

10.4. Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, as respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes/RO.

10.5. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes



Programação:

04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

15.451.0012.2655.0000 - Manut. Conserv. Recup. Infraestrutura Urbana

15.451.0012.2653.0000 - Pav. Cons. e Qualificação de Vias Urbanas

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: RP-0.1.500; RP-0.2.500; 0.1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados; 6.1.500 - Contrapartida de Convênios; 0.1.708 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; 0.1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União; 0.1.706 - Transferência Especial da União.

10.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DO FATURAMENTO

11.1. Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Prefeitura de Ariquemes as Notas Fiscais/Faturas, as quais deverão ser emitidas em 03 (três) vias, em favor das secretarias abaixo:

11.1.1. Prefeitura Municipal de Ariquemes, CNPJ: 04.104.816/0001-16. Endereço: Avenida Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional, CEP 76.872-854, Ariquemes/RO. Telefone: (69) 3535-5250.

11.2. No corpo da nota deverá constar:

- A descrição do material, devendo estar em conformidade com as especificações do objeto, especialmente quanto ao tipo de concreto usinado e resistência característica (FCK);
- Data e horário da usinagem do concreto, quando aplicável;
- Número da cotação, do processo e da Nota de Empenho;
- Número da conta bancária da empresa, para depósito do pagamento;
- Caso o recurso seja proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta, convênio ou contrato de repasse.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Poderão participar deste certame todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificadas, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

12.2. Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3. Não poderão disputar esta licitação (previstos nos arts. 9º e 14º da Lei nº 14.133/21):

12.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Termo de Referência e seus anexos;

12.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



12.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas; conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

12.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação aplicável, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

12.3.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, as quais deverão ser apresentadas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

12.3.13. Não será admitida a participação de empresas que possuam em seus quadros funcionários ou servidores do Município de Ariquemes, inclusive na condição de sócio, administrador ou responsável técnico, em observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade.

13. INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

13.1 As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.



14. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores, possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

O Sistema apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, configurando-se como alternativa eficiente de gestão das contratações públicas.

O presente registro de preços de aquisição se enquadra nas seguintes hipóteses (art. 64 do Decreto Municipal nº 19.359/2022):

- I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Considerando que este objeto enseja contratações frequentes e, pela sua natureza, não é possível prever o consumo mensal com exatidão, a contratação via Registro de Preços evita a repetição sucessiva de licitações, promovendo eficiência, economicidade e planejamento orçamentário adequado.

14.2. Da Ata de Registro de Preços

14.2.1. As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

14.3. Prorrogação da Vigência

Em conformidade com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, fica autorizada a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições e limites legais.

A vigência da Ata poderá ser prorrogada por iguais períodos, desde que:

- a) a prorrogação seja formalmente autorizada mediante termo aditivo;
- b) haja justificativa técnica da unidade requisitante, demonstrando a necessidade de manutenção da vigência para atendimento do interesse público;
- c) sejam observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- d) sejam mantidas as condições originalmente pactuadas, garantindo a vantajosidade e economicidade para a Administração.

14.4. Renovação de Quantitativos

Em conformidade com o mesmo art. 1º do Decreto nº 21.515/2024 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, mediante observância cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;
- b) previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;
- c) justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.



A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições legais, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

14.5 Justificativa para não aplicação de Cotas para O APLICAÇÃO DE COTAS PARA ME/EPP

14.5 Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve promover tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Contudo, no presente caso, não se mostra viável a divisão do objeto em cotas, tendo em vista que o fornecimento de concreto usinado exige:

- Padronização técnica do material (FCK, composição e qualidade);
- Controle tecnológico uniforme;
- Continuidade operacional no fornecimento;
- Compatibilidade logística entre produção e aplicação imediata.

A eventual divisão do objeto poderia comprometer a qualidade do concreto, gerar descontinuidade no fornecimento e dificultar o controle técnico do material, prejudicando a execução dos serviços.

Dessa forma, justifica-se tecnicamente a não aplicação da reserva de cotas, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, os licitantes remanescentes até a 3ª (terceira) classificação, serão convocados a encaminhar no e-mail: pregãopma@hotmail.com, declaração de interesse em aderir ao cadastro de reserva conforme Decreto nº 19.359/2022.

15.1.1. Caso os licitantes classificados até o 3º lugar não manifestem interesse, o pregoeiro poderá estender a convocação aos demais, respeitando a sequência de classificação, até que se preencham as vagas previstas, até que se esgotem as empresas.

15.1.2. Os licitantes poderão compor cadastro reserva, desde que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022.

15.1.3. Os licitantes deverão informar no e-mail todos os itens que desejarem participar do cadastro reserva: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo, valor unitário igual ao do licitante vencedor, valor total igual ao do licitante vencedor.

15.2. Os licitantes que aceitem participar do cadastro reserva terão sua documentação de habilitação analisada em conformidade com o edital.

15.3. Os interessados, ao fim dos procedimentos licitatórios, serão convocados nos mesmos termos previstos para a Ata de Registro de Preços, do edital de licitação, a realizar a assinatura da Ata de Cadastro de Reserva conforme modelo em anexo ao edital.

15.3.1. Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, a Gerência ficará responsável por proceder à convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.



16. APÊNDICES

- I - Estudo Técnico Preliminar (ID 3907026);
- II- Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3908446);
- III - Minuta de Contrato (ID 3908948);
- IV- Minuta da Ata de Registro de Preços (ID 3908939);
- V - Minuta de Ata de Cadastro Reserva (ID 3908945).

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2058 com a servidora Eliany Pereira Bellé ou na sala da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, situada na Avenida Vimbere, nº 2380, Setor 04, Ariquemes/RO, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h30m às 13h30m.

17.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Eliany Pereira Bellé, cargo Agente de Gestão Pública, matrícula nº 6478-5, revisado por Fábio Fernandes Soares (servidor designado para revisão técnica) e aprovado por Marco Venício Araújo Raposo, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Ariquemes/RO, 17 de abril de 2026

<p>Elaborado por:</p> <p>Eliany Pereira Bellé Agente de Gestão Pública Matrícula 6478-5</p>	<p>Revisado por:</p> <p>Fábio Fernandes Soares Matrícula 87610-1</p>	<p>Na forma do que dispõe o artigo 8º parágrafo 3º e artigo 12 parágrafo 2º e 4º do Decreto Municipal n.º 19.228/22. Aprovo o presente Termo de Referência</p> <p>Aprovo o presente Termo de Referência</p> <p>MARCOS VENÍCIO ARAÚJO RAPOSO</p> <p>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p>
--	---	--

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIANY PEREIRA BELLE
Agente de Gestão Pública



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:46:05.



MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

FABIO FERNANDES SOARES

Apoio Técnico







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	129/2026- retificado	17/04/2026

ID: 3930493	Processo	Documento
CRC: 815C3F1C		
Processo: 8-7506/2026		
Usuário: ELIANY PEREIRA BELLE#		
Criação: 17/04/2026 10:46:32	Finalização: 17/04/2026 10:49:24	

MD5: 919404739311F08E4C84AB908933472E
SHA256: 5655497B44240CA3A336B16C39AA857CD86A01E9726B532EAA0301DC8107AFB5

Súmula/Objeto:

Termo de Referência 129/2026- retificado

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	17/04/2026 10:46:32
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	17/04/2026 10:46:32
--------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ELIANY PEREIRA BELLE#	AGENTE ADMINISTRATIVO N II - GRUPO - 17	17/04/2026 10:49:59
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 FABIO FERNANDES SOARES#	Port. 637/25 - COMISSÃO DE APOIO DE RECEBIMENTO	17/04/2026 10:50:50
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO	SECRETÁRIO DE OBRAS	17/04/2026 10:55:17
---	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3930493 e o CRC 815C3F1C.